

# A INSERÇÃO DA MÃO-DE-OBRA FEMININA NA INDÚSTRIA DE CONFECÇÃO NO CEARÁ:

## O CASO DAS COOPERATIVAS DE CONFECÇÕES DO MACIÇO DE BATURITÉ

A participação da mulher na força de trabalho na América Latina tem sido uma tema vastamente estudado, uma vez que o trabalho remunerado da mulher é, geralmente, percebido como um indicador do seu status econômico e bem-estar social (Acevedo, 1995). Várias pesquisas têm enfatizado a maneira como a força de trabalho feminina em regiões periféricas, que ainda estão sendo industrializadas, tem sido inserida no processo de desenvolvimento; outros estudos têm ainda contemplado as condições de trabalho que as mulheres são submetidas nestas regiões (Fernández-Kelly, 1983; Ríos, 1995; Tiano, 1994).

O Estado do Ceará tem experimentado um rápido processo de industrialização nos últimos 10 anos, conseqüência de uma política agressiva de incentivos fiscais por parte do governo estadual, que almeja, com isso, atrair indústrias para o interior do Estado. Assim, ao dispersar geograficamente o processo de industrialização do Estado, o governo tem como meta diminuir a migração rural-urbana, oferecendo condições de trabalho para a população rural.

Sendo a implantação de indústrias no interior do Estado do Ceará um fenômeno recente, há uma falta de estudos mais apro-

MARIA VILMA COELHO MOREIRA\*

### RESUMO

A industrialização do Estado do Ceará, particularmente do interior, tem sido uma das principais metas do governo nos últimos dez anos, como parte de uma política de geração de emprego e renda para a população rural. O papel da mão-de-obra feminina rural faz-se importante neste contexto à medida que ela começa a ser inserida no desenvolvimento industrial no interior do Ceará, tradicionalmente agrícola. Este estudo pretende analisar a forma como a mão-de-obra feminina no interior do Ceará tem sido incorporada neste processo. A análise circunscreve-se à indústria de confecção localizada na região do Maciço do Baturité, distante aproximadamente 70 quilômetros de Fortaleza, onde mulheres de vários municípios têm sido integradas a cooperativas de produção de confecções, ali estabelecidas com a finalidade de suprir a força de trabalho necessária a produção de jeans para exportação.

\* Doutora em Sociologia pela "University of Tennessee, Knoxville" e professora bolsista do CNPq (Universidade Federal do Ceará- Departamento de Ciências Sociais e Filosofia).

fundados sobre a dinâmica deste processo, suas particularidades e conseqüências para a população rural, especialmente no que diz respeito a inserção da mão-de-obra feminina no trabalho industrial no interior do Estado.

Esta pesquisa tem dois objetivos principais: primeiro, pretende-se analisar o processo de inserção da mão-de-obra feminina na indústria de confecção numa região do Estado do Ceará (Maciço de Baturité), através do estabelecimento de cooperativas de produção de confecções. Segundo, propõe-se descrever o perfil demográfico das trabalhadoras associadas às cooperativas de confecções e sua experiência de trabalho, a fim de investigar as características socioeconômicas de uma força de trabalho transformada em mão-de-obra industrial no âmbito de uma região rural.

Este estudo está circunscrito à indústria de confecção localizada no pólo industrial de confeccionistas do Maciço de Baturité, Ceará. A escolha desta indústria deve-se ao fato de que a sua implantação, na referida região cearense, fazer parte do projeto governamental de industrialização do interior, e a mão-de-obra empregada no processo de produção ser predominantemente feminina. Ademais, a força de trabalho feminina empregada em tal indústria

tem sido inserida na mesma, através da criação, em larga escala, de cooperativas de confecionistas, fato também inusitado na região.

A análise do processo de incorporação das trabalhadoras cearenses na indústria de confecção e a descrição de suas características socioeconômicas será realizada à luz da literatura concernente as relações de gênero no processo de desenvolvimento e à problemática do trabalho feminino na sociedade contemporânea.

## **A ECONOMIA POLÍTICA DO GÊNERO: MULHER E TRABALHO**

A literatura sobre “mulher e desenvolvimento”, produzida nos últimos vinte anos, tem contribuído de forma importante na análise do processo de desenvolvimento ao enfatizar o seu impacto nas mulheres enquanto trabalhadoras e membros integrantes do grupo familiar. Tais aspectos foram, no passado, largamente negligenciados pela maioria dos cientistas sociais (Benería e Roldan, 1987).

O livro de Esther Boserup, *Womens's Role in Economic Development (O papel da mulher no desenvolvimento econômico)*, publicado em 1970, tem sido reconhecido como um marco na análise do impacto do desenvolvimento sobre as relações de gênero. Através dos resultados de suas pesquisas empíricas apresentadas no livro, Boserup desafiou vários pressupostos da escola da modernização e inaugurou um debate sobre a mulher e o desenvolvimento que ainda continua no presente (Jaquete, 1982).

Boserup (1970) foi a primeira escritora a enfatizar que a modernização e o processo de desenvolvimento muitas vezes ocasionam a deterioração do status da mulher e a sua exclusão de atividades produtivas até então exercidas por elas em suas comunidades. Pesquisas posteriores vieram desmistificar as afirmações da teoria da modernização, segundo as quais “modernização, tecnificação, e desenvolvimento capitalista em geral têm sido vantajosos para a mulher” (Fernandez-Kelly, 1983, p. 10).

Vários estudos têm ainda demonstrado que a participação da maioria das mulheres nas indústrias tem sido restrita a trabalhos manuais e de baixa remuneração. Os homens, ao contrário, normalmente substituem as mulheres em ocupações, quando estas se tornam tecnologicamente mais sofisticadas. Por exemplo, Fernández-Kelly (1983) afirma que:

*...na indústria de confecção, o corte, agora uma operação altamente mecanizada tem se tornado uma ocupação masculina e um trabalho relativamente bem remunerado, enquanto que costurar, um trabalho que requer o uso extensivo de mão-de-obra e ainda continua sendo de baixo nível de remuneração, é uma tarefa feminina (p.11).*

No Brasil, uma vasta literatura também tem sido produzida acerca do impacto do desenvolvimento sobre as relações de gênero no contexto brasileiro (ver, por exemplo, Souza-Lobo, 1991; Bruschini, 1995). De fato, as mulheres no Brasil, assim como ao redor do mundo, também lutam contra as desigualdades socioeconômicas, particularmente no âmbito do trabalho. Apesar da participação da mulher brasileira no mercado de trabalho ter aumentado nestas últimas décadas, tal progresso não tem sido acompanhado por igualdade salarial entre os homens e as mulheres no Brasil, pois a mulher brasileira ganha em média 43% menos que o homem brasileiro (Veja agosto/setembro, 1994).

Depois da Segunda Guerra Mundial e, particularmente, nestas últimas décadas, tem ocorrido uma crescente tendência à internacionalização do investimento capitalista. Com a falência da estratégia de substituição de importações, largamente usada por países em desenvolvimento, uma nova estratégia econômica tem sido adotada extensivamente por regiões e países em desenvolvimento. Tal estratégia consiste na liberalização das economias nacionais em resposta à demanda de mercados internacionais, acentuando, assim, sua participação no processo de globalização da

produção mundial. Várias regiões subdesenvolvidas têm adotado este modelo de industrialização voltado basicamente para a exportação de produtos manufaturados (Ong, 1991; Fernández-Kelly e Sassen, 1995). Nesta nova tendência, o papel da mulher tem sido muito importante, uma vez que um grande número delas tem sido incorporado nesta nova estratégia de desenvolvimento, através de sua inserção no trabalho industrial (Fernández-Kelly, 1983).

Três tipos de indústrias têm adaptado suas operações rapidamente para atuar em regiões em que a industrialização é particularmente voltada para a exportação: a eletrônica, a têxtil, e a de confecção. Estas indústrias são muito competitivas, e o custo com a mão-de-obra forma uma grande proporção de seu orçamento (Tiano, 1990). A participação da força de trabalho feminina na indústria de confecção é importante porque, tradicionalmente, a grande maioria de seus trabalhadores é formada por mulheres.

## **A INDÚSTRIA DE CONFECÇÃO E O TRABALHO DA MULHER**

De acordo com Bonacich *et alii.* (1994), a indústria de confecção pode ser encontrada hoje praticamente em todos países do mundo. É a primeira indústria a ser implantada num país que está se direcionando para a industrialização, especialmente voltada para a exportação. De fato, a indústria de confecção é pioneira na globalização da produção. Ela ainda é uma indústria de trabalho intensivo, que envolve atividades com tecnologias relativamente simples e de baixo custo inicial. Apesar de avanços na tecnologia terem sido alcançados, o indivíduo (geralmente mulher) trabalhando na máquina de costura ainda é a unidade básica de produção.

A indústria de confecção combina tecnologias simplificadas e avançadas e a sua linha de montagem não requer indivíduos com educação formal, possibilitando, assim, o acesso de trabalhadores com baixo ou nenhum nível de escolaridade. O desenho, a engenharia e o corte da produção, que estão se tornando

cada vez mais mecanizados e computadorizados, podem até ser executados em países industrializados. Por outro lado, a tecnologia mais simplificada, a parte da produção que exige trabalho intensivo, pode ser executada em regiões menos desenvolvidas, que são integradas no sistema global de produção através de seu papel no processo da produção: a montagem dos confeccionados (Bonacich *et alii.*, 1994).

A crescente inserção das mulheres como força de trabalho nos países em desenvolvimento que estão adotando políticas de liberalização de seus mercados, e aqueles cujos modelos de industrialização têm sido voltados para a exportação, têm ocasionado a reformulação de abordagens teóricas, como, por exemplo, a tese da marginalização e o conceito de "exército industrial de reserva". Ao invés de analisar especificamente o nível de participação da mulher como força de trabalho, estudos começaram a focar a natureza da inserção da mulher no desenvolvimento capitalista e sua incorporação na força de trabalho. Por exemplo, várias pesquisas têm focado como a força de trabalho feminina tem sido incorporada na divisão internacional do trabalho e como esta incorporação tem afetado os tipos de trabalho que a mulher realiza (Acevedo, 1995).

As próximas seções explicitarão a complexidade do processo de incorporação da força de trabalho feminina na industrialização do interior do Ceará, através da participação de mulheres cearenses em cooperativas de confecções. Após uma breve explanação sobre a criação e o funcionamento das cooperativas de confecções referidas neste estudo, serão apresentados os dados coletados na pesquisa de campo sobre as mulheres associadas às cooperativas de confecções do Maciço de Baturité.

## **AS COOPERATIVAS DE CONFECÇÕES DO MACIÇO DE BATURITÉ**

Até o final dos anos 70, o governo do Ceará dava prioridade à industrialização localizada na capital do Estado, pois ainda tenta-

va consolidar o distrito industrial de Fortaleza. Entretanto, desde a década de 80, a política industrial do Estado tem direcionado sua política para o interior do Estado (Oliveira Jr., 1992).

Neste sentido, o governo do Estado do Ceará tem formulado um pacote de incentivos para que as indústrias se estabeleçam no interior, como, por exemplo, infra-estrutura física (água, luz e esgoto), terrenos a preços simbólicos e vários incentivos fiscais. Esta nova política de desenvolvimento tem atraído várias empresas para o Estado, a ponto de se registrar, nesses últimos três anos, a presença de 200 empresas instaladas no Ceará e o governo pretende trazer mais 200 nos próximos quatro anos (*O Povo* 16.07.95, p.24A). Entre essas empresas, uma fábrica de confecção (Kao Lin), que faz parte de um complexo empresarial de um grupo de investidores de Taiwan, encontra-se em funcionamento no município de Acarape, na região do Maciço de Baturité. Ao contrário das outras empresas instaladas na área, esta não contrata diretamente toda a mão-de-obra necessária para a confecção de roupas em jeans (particularmente calças compridas). Ela apenas contrata pessoal mais especializado, a saber, engenheiros, administradores, gerentes, pessoal encarregado do corte do tecido, etc. A mão-de-obra encarregada da montagem de peças em jeans é subcontratada através de cooperativas de confeccionistas criadas recentemente (1993), numa política conjunta do governo do Estado do Ceará, prefeituras municipais do Maciço de Baturité e a referida empresa.

A Cooperativa de Produtores de Confeções Acarape Ltda. foi fundada em 1993 e, no dia 1º de julho de 1994 firmou contrato com a empresa Kao Lin S/A a fim de viabilizar, na prática, as condições necessárias para a produção de jeans pela cooperativa contratada pela referida empresa. Este contrato depois foi reproduzido para as outras cooperativas que foram estabelecidas na região. O contrato estabelecia que a cooperativa deveria confeccionar o jeans fornecido pela empresa já cortado, segundo suas

especificações técnicas, e vender toda a sua produção para esta empresa enquanto durasse o contrato, estipulado em *oito anos*. O preço das peças produzidas pelas cooperativas é calculado à parte, em uma planilha, e varia de acordo com a quantidade de peças produzidas pela cooperativa. Por outro lado, a Kao Lin, se obriga a transferir e gerenciar a aplicação da tecnologia, necessária na confecção das peças em jeans, assim como controlar a sua qualidade. Outrossim, a empresa também se compromete a comprar toda a produção das cooperativas e avaliar, quando se fizer necessário, empréstimos bancários para financiamentos do maquinário e equipamentos exigidos na produção das peças em jeans.

De fato, a Kao Lin foi avalista da cooperativa em empréstimo junto ao Banco do Nordeste para aquisição de máquinas, uma vez que as costureiras transformadas em "cooperadas" nada tinham de capital para investir em maquinário. Vale ressaltar que as máquinas de costura adquiridas pelas cooperativas são produzidas por outra empresa do mesmo grupo de investidores do Taiwan, Yamacon, também com sede em Acarape.

A primeira cooperativa de produtores de confecções, parte deste projeto, foi, na realidade aberta numa favela de Fortaleza, Lagamar, mas foi fechada em 1995, por ser considerada "problemática" pela administração da Kao Lin. Fato confirmado pela autora em entrevista com representantes da Kao Lin, que sempre se referiam às suas cooperadas como sendo "rebeldes" e "indisciplinadas", ressaltando seu envolvimento em partidos políticos e organizações de comunidade. Em contrapartida, a experiência com as cooperadas do interior, sob o ponto de vista empresarial, tem sido menos conflituosa, pois na região do Maciço de Baturité inexistem sindicatos e organizações de comunidades fortes, impedindo assim que as cooperadas articulem-se coletivamente de forma mais organizada.

A lei de cooperativas no Brasil estabelece que o cooperado é membro da cooperativa e não seu empregado, portanto não é

caracterizado nenhum vínculo empregatício entre a cooperativa e seus membros (Lei n. 5.764, de 16.12.71, art. 90). O Brasil não tem uma tradição de cooperativas de trabalho como a França, assim as leis brasileiras não foram elaboradas com a preocupação de proteger trabalhadores engajados neste tipo de empreendimento. Portanto, uma análise superficial do vínculo entre Kao Lin e cooperativas pode levar a interpretação de que as cooperativas em questão são entidades autônomas, e que não há vínculo entre a fábrica de confecção Kao Lin e membros das cooperativas do Maciço de Baturité, quase todos mulheres do meio rural que, na grande maioria, não possuem nenhuma experiência anterior em trabalho industrial, principalmente na indústria de confecção.<sup>1</sup> Contudo, esta autonomia tem sido bastante contestada no estado do Ceará, não apenas pelo seu caráter ético, mas também juridicamente através da Procuradoria do Trabalho do Estado do Ceará, que entende haver vínculo empregatício entre as cooperadas e a Kao Lin.

Quando a implantação da fábrica de confecção na região do Maciço de Baturité foi concebida, as partes envolvidas (o governo do Estado do Ceará, a Kao Lin e os prefeitos dos municípios da região tinham conhecimento de que a força de trabalho disponível na área precisaria ser treinada, a fim de adquirir habilidade necessária para a montagem de jeans, confeccionados pela Kao Lin. Por isso, um centro de treinamento foi fundado para formar a mão-de-obra que seria posteriormente contratada pela empresa, através da criação de cooperativas de confecções na região.

A Fundação Centro Tecnológico de Formação de Confeccionistas (CTFC) funcionou no município de Acarape durante quase quatro anos, tendo sido fechada em 1997. Ela era mantido com doações da Kao Lin, para que fosse treinada a mão-de-obra que iria trabalhar nas cooperativas. Com capacidade para treinar 2.160 confeccionistas anualmente, o CTFC foi fundamental no período de implantação das cooperativas, quando havia a necessidade constante de mão-de-

obra. O programa de treinamento era então, extremamente importante, uma vez que a grande maioria dos candidatos ao treinamento nunca tinha trabalhado na indústria de confecção. Deste modo, antes da mão-de-obra ser qualificada para trabalhar nas cooperativas, ela era treinada no CTFC, que aceitava inscrições para candidatos interessados em fazer os cursos. O CTFC requeria que os candidatos fossem alfabetizados, tivessem de 18 a 35 anos e demonstrassem habilidades manuais para lidar com as máquinas de costura. Apesar dos treinamentos serem abertos para ambos os sexos, a grande procura era por parte das mulheres, que formavam assim, a quase totalidade dos membros das cooperativas. Assim, as mulheres da região do Maciço de Baturité foram incorporadas pela indústria de confecção instalada na área através das cooperativas criadas pelo governo do Ceará.

Após concluído o treinamento, as costureiras eram então encaminhadas, pelo CTFC a uma unidade no seu município. Em 1994, a primeira cooperativa da região foi aberta no município de Acarape. Gradualmente, foram abertas cooperativas de confecções em onze municípios do Maciço de Baturité (Acarape, Antônio Diogo, Aracoiaba, Barreira, Baturité, Cantagalo, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Pau Branco e Redenção). Elas eram divididas em três unidades, empregando uma média de 35 trabalhadores em cada uma delas e possuem, no conjunto, aproximadamente 800 membros (90% mulheres), os quais ganhavam em média um salário mínimo por mês. Todas as cooperativas abertas tinham contrato de exclusividade por oito anos com a empresa Kao Lin, que foi a sua avalista no Banco do Nordeste para a compra das máquinas de costura utilizadas na confecção das peças em jeans. Na realidade, tais cooperativas funcionavam como pequenas fábricas na região. As “cooperadas” trabalhavam no mínimo oito horas por dia. Sua assiduidade era controlada por supervisores contratados pela Kao Lin, que as pagava por produção mensalmente. As cooperadas nunca receberam décimo terceiro salário, licença maternidade, férias de 30 dias e todos os ou-

tros direitos que a Constituição do Brasil assegura aos trabalhadores assalariados brasileiros devido a ausência do vínculo empregatício entre as cooperativas e a Kao Lin.

Freqüentemente, cooperativas são criadas em tempos de retração econômica como estratégia de governos ou trabalhadores para lidar com problemas de desemprego. Um fenômeno inverso está ocorrendo com o estabelecimento das cooperativas no interior do Ceará, a saber, cooperativas de confecções, sapatos e motores elétricos, uma vez que elas estão sendo criadas num período de expansão industrial no Estado. Assim, torna-se evidente que o objetivo da implantação das cooperativas tem sido facilitar a extração da mais-valia de uma força de trabalho localizada numa área rural de uma região periférica. Vale ressaltar que o modelo pioneiro no Ceará de “cooperativas” está se reproduzindo em vários Estados do nordeste, tais como Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco, que também estão oferecendo a sua força de trabalho de baixo custo como incentivo para investimentos nos referidos estados.

Em 1997, a Kao Lin descumpriu o contrato que tinha com as cooperativas abertas na região, fechando as pequenas unidades espalhadas pelos municípios da região. As máquinas de costura foram então retiradas das cooperativas sem nenhuma explicação por parte dos empresários. Por outro lado, a cooperativa de Acarape foi transferida para dentro dos galpões da Kao Lin, que aproveitou cerca de 200 das antigas cooperadas de alguns municípios da região e continua, assim, funcionando, mas concentrando todas as atividades da cooperativa dentro dos limites geográficos da fábrica.

#### **CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DAS COSTUREIRAS ASSOCIADAS ÀS COOPERATIVAS DE CONFECÇÕES DO MACIÇO DE BATURITÉ**

Quarenta e cinco costureiras associadas às cooperativas de confecções do Maciço de Baturité procedentes de três municípios vizinhos desta região (Acarape, Redenção e Barreira) foram entrevistadas para este estudo. Três entrevistas foram usadas no pré-teste do for-

mulário e foram excluídas da análise quantitativa da pesquisa. As entrevistadas foram escolhidas aleatoriamente dentre as “cooperadas”, através de sorteio.

Um grande número de estudos tem tentado identificar as características demográficas das mulheres ocupadas em trabalhos industriais em países em desenvolvimento. A teoria *Nova Divisão Internacional do Trabalho* (NDIT) tem analisado as transformações na economia global contemporânea, onde a clássica divisão internacional do trabalho está superada, dando lugar a uma nova dinâmica no mercado mundial. De acordo com esta teoria, neste novo contexto de globalização da produção, a inserção da força de trabalho feminina na economia contemporânea tem se intensificado (Fröbel *et alii.*, 1980). Por exemplo, empregos industriais em áreas chamadas Zonas de Processamento Livres (ZPLs), ou em empresas multinacionais localizadas em regiões periféricas, são caracterizados por uma força de trabalho cuja maioria é formada por mulheres jovens e solteiras, principalmente em regiões cuja estratégia econômica se volta para a exportação. Do ponto de vista demográfico, estas mulheres trabalhadoras têm as seguintes características:

- são jovens, recrutadas entre as idades de 15 a 25 anos, concentrando-se entre as idades de 18 a 21 anos;
- são solteiras e sem filhos;
- não têm ‘habilidades’ no sentido de ter reconhecidamente qualificação ou treinamento e
- não têm experiência prévia de trabalho assalariado no setor industrial. (*ibid.*, 1980, p.78).

Apesar desta pesquisa não ter investigado a participação total da força de trabalho feminina nas indústrias que se estabeleceram na área do Maciço de Baturité, mas apenas as cooperativas de confecções, uma tentativa foi feita em termos de averiguar se o perfil das costureiras associadas às cooperativas de confecções do Maciço de Baturité corresponde ao perfil geral da participação feminina em indús-

trias manufatureiras em regiões subdesenvolvidas. Vejamos, então, os resultados obtidos nesta pesquisa, tendo como referência as características acima citadas.

## IDADE

A faixa etária das entrevistadas variou entre 18 e 34 anos, situando-se a média em 24 anos. Entretanto, suas idades não estavam distribuídas igualmente através da amostra. Ao contrário, eram bastante concentradas entre as idades de 18 a 25 anos. De fato, 71% das entrevistadas encontravam-se dentro desta faixa etária. Este resultado reflete o padrão geral da participação da força de trabalho feminina no Brasil, Ressalte-se que, no Brasil, enquanto a força de trabalho masculina declina apenas com a idade avançada, coincidindo com a aposentadoria dos homens, a força de trabalho feminina entra em declínio a partir dos 25 anos de idade. Esses dados sugerem que casamento e maternidade são importantes fatores de saída da mulher da força de trabalho feminina. Além do mais, a mulher brasileira quase sempre não retorna ao trabalho remunerado depois que seus filhos crescem, como fazem as mulheres nos países desenvolvidos (Bruschini, 1988).

A idade é também um importante aspecto na composição da força de trabalho feminina, pois ela afeta outras variáveis importantes, tais como o estado civil e a experiência de trabalho. A idade é relacionada com estado civil porque é menos provável que a mulher jovem seja casada e tenha filhos, fatores importantes na admissão de mulheres no trabalho fabril, uma vez que várias indústrias preferem mulheres solteiras e que não tenham filhos (Pearson, 1986).

A idade é ainda relevante no que tange à experiência de trabalho. Estudos sobre a força de trabalho feminina nas *maquiladoras*, indústrias montadoras na fronteira do México com os Estados Unidos, mostraram que a maioria das mulheres empregadas naquela área são jovens sem nenhuma experiência anterior de trabalho naquelas indústrias (Fernández-Kelly, 1983). Com efeito, uma força de trabalho jovem oferece várias vantagens para o

empregador, que acredita que as mulheres jovens percebem seu trabalho remunerado com algo passageiro anterior ao casamento. Portanto, elas tendem a ter uma carreira curta, o que economiza, para as empresas, custos com encargos sociais. Ademais, jovens solteiras tendem a morar com seus pais num regime autoritário, e são, por isso, mais dóceis e obedientes que as mulheres mais velhas (Tiano, 1994).

## ESTADO CIVIL

Sessenta e seis por cento das entrevistadas eram solteiras, a maioria das quais mais jovens do que as casadas. As mulheres solteiras tinham, em média, 22 anos, enquanto que a média de idade das mulheres casadas tinham em média 26 anos. Assim, mulheres casadas não só eram menos representadas na amostra, como também mais idosas que as solteiras.

Cinquenta e dois por cento das entrevistadas na amostra não tinham filhos. Dentre as solteiras, 76% não tinham filhos. Por outro lado, entre as casadas, 82% tinham filhos.

De um modo geral, o estado civil da mulher é um importante indicador do seu nível de escolaridade; da maneira como combina seu papéis produtivo e reprodutivo; de como é integrada nos setores formal e informal da economia e de quão essencial é a sua renda para a sobrevivência da sua família.

## NÍVEL DE ESCOLARIDADE

A média do nível de escolaridade das respondentes era de 7.5 anos de estudo. Apenas sete delas, na amostra, tinham menos de cinco anos de estudo. Entretanto, quase a metade das entrevistadas (vinte) completou, no mínimo, oito anos de estudo, ou seja, até a oitava série. Quinze entrevistadas tinham entre nove e onze anos de estudo. Se o nível de escolaridade for combinado com o estado civil das entrevistadas, percebe-se que as solteiras atingiram um nível mais elevado de escolaridade do que as casadas. A média do nível de escolaridade das solteiras foi de 8.4 anos, enquanto que a média das casadas foi de apenas 7.5 anos. Ademais, apenas uma

entrevistada casada terminou o 2º grau, enquanto dez entrevistadas solteiras completaram o mesmo nível de escolaridade. De fato, a maioria das mulheres casadas na amostra teve um nível de escolaridade distribuído entre a 5ª e 8ª séries.

A diferença dos níveis de escolaridade entre as entrevistadas solteiras e as casadas pode ser relacionada com a idade em que casaram ou tiveram seu primeiro filho. A média de idade com que as entrevistadas se casaram foi de 19 anos. Com efeito, 71% das respondentes casadas contraíram matrimônio antes ou quando atingiram a idade de 20 anos. A média de idade das mulheres quando tiveram seu primeiro filho foi de 19 anos. Entretanto, algumas entrevistadas tornaram-se mães com apenas 17 anos. Somente duas tiveram seu primogênito após vinte anos de idade. Uma vez que as entrevistadas casadas eram jovens quando casaram e tiveram seu primeiro filho, pode-se inferir que esta é a razão pela qual a maioria delas não continuou seus estudos.

## ESTRUTURA FAMILIAR

As famílias das entrevistadas eram predominantemente nucleares. A grande maioria das entrevistadas casadas, com exceção de uma, que mora na casa de seus familiares, reside em suas próprias casas, com seus esposos (76%) ou companheiros (18%) e filhos.

A maioria das mulheres solteiras (68%) vivia, pelo menos, com o pai ou a mãe e irmãs, e apenas algumas delas moravam com parentes ou amigos, ou eram chefes de família.

A média encontrada do número de membros das famílias das respondentes foi igual a 5. Nas famílias das entrevistadas solteiras, esta média foi de 6, enquanto que entre as entrevistadas casadas, 4 membros. A variação do número de membros da família das entrevistadas, de acordo com o estado civil das mesmas, deve-se ao fato de que a maioria das mulheres solteiras (68%) na amostra mora com os pais e irmãos. Por outro lado, a maioria das entrevistadas casadas (94%) mora apenas com seus maridos ou companheiros e seus filhos. Por conseguinte, as unidades familiares das

entrevistadas solteiras tendem a ser maiores que as das entrevistadas casadas.

A composição familiar das mulheres associadas às cooperativas de confecções em questão é semelhante à composição domiciliar das mulheres trabalhadoras em outras áreas em desenvolvimento, tal como o México, onde a maioria das mulheres solteiras mora como seus pais ou outros membros da família até o seu casamento (Fernández-Kelly, 1983).

Em alguns países, como a Tailândia, por exemplo, mulheres migram da zona rural para Bangkok, a fim de encontrar empregos em indústrias, e muitas vezes dormem em dormitórios providenciados pelas empresas em que trabalham (Porpora, Lim, e Prommas, 1989). Mulheres de países como a Malásia, Sri Lanka e Tailândia migram para trabalhar em Singapura, em indústrias como a de confecções e a eletrônica (International Labor Office, 1988). As trabalhadoras entrevistadas para este estudo permaneciam morando com suas famílias, pois não tiveram que migrar para outras áreas em busca de trabalho, uma vez que a própria indústria de confecção se localizou na região. Ademais, as cooperativas são fragmentadas em pequenas unidades espalhadas por toda a região, facilitando, assim, a inserção da força de trabalho local na própria região.

O número de membros das famílias das entrevistadas é importante quando relacionado com a renda do grupo familiar, uma vez que este fator determina quão essencial é a renda das entrevistadas para a sobrevivência da família. A renda média mensal das famílias das entrevistadas era de R\$ 275,00.<sup>2</sup> Contudo, 57% das famílias das entrevistadas tinham uma renda mensal que variava entre 1 e 2,5 salários mínimos por mês e apenas 5% das famílias excediam 5 salários mínimos por mês. A renda média mensal entre as famílias das entrevistadas variava bastante em relação ao estado civil das mesmas. A renda média mensal familiar das entrevistadas solteiras era de R\$ 310,00, enquanto que a média da renda das famílias das casadas era apenas R\$240,00. Ademais, a renda mensal das famílias das entrevistadas casadas estava bastante concentrada entre 1 e 2,5 salários mínimos mensais, enquanto que a

renda das famílias das entrevistadas solteiras está mais distribuída eqüitativamente entre 1 e 4 salários mínimos por mês (88%).

A variação na renda familiar entre as entrevistadas solteiras e casadas deve ser analisada levando-se em consideração várias diferenças entre a estrutura da unidade domiciliar das entrevistadas, como, por exemplo, número de membros, trabalhadores remunerados, e de crianças.

Nas famílias das trabalhadoras solteiras, quanto maior era o número de membros na família, mais a renda familiar crescia. Este fato reflete o ciclo de vida dos membros das famílias das entrevistadas. Por exemplo, nas famílias das entrevistadas solteiras, os adultos eram maioria, enquanto que as famílias das casadas caracterizavam-se pelo grande número de crianças, que, obviamente, não produziam nenhuma renda, tornando-as basicamente dependentes de um ou no máximo dois provedores.

## EXPERIÊNCIA DE TRABALHO

As entrevistadas têm uma experiência bem limitada de trabalho anterior ao das cooperativas, que varia substancialmente de acordo com o seu estado civil. Com efeito, 36% das entrevistadas solteiras nunca tiveram um emprego pago, enquanto em relação às casadas, este percentual era de apenas 6%.

Apesar das entrevistadas casadas terem tido mais empregos remunerados que as solteiras, o que caracterizou a amostra como um todo foi o tipo de emprego que elas tiveram. Oitenta e seis por cento (86%) delas nunca tiveram um emprego no setor formal. As que o tiveram, foi em ocupações não muito especializadas, como professoras do 1º grau, balconistas, empregadas em fábricas de cachaça, de sapatos e confecções, e padaria.

As entrevistadas possuíam experiências de trabalho no setor de subsistência ou informal, o que mostra as suas estratégias de sobrevivência numa área em que é difícil achar empregos. Várias delas tinham trabalhado com bordado ou crochet, e, uma delas, por exemplo, começou a fazê-lo com apenas oito anos de idade. Outras trabalharam anteriormente

com agricultura, costura, lavagem de roupas, como empregadas domésticas, babás, faxineiras, cabeleireiras, no processamento da castanha de caju e farinha de mandioca, na fabricação de cerâmica, na venda de frutas e de verduras, roupas e cosméticos.

Um terço das entrevistadas (15) trabalhou previamente na agricultura, sendo a maioria delas casada (9). Apenas uma admitiu ter ganho qualquer dinheiro nesta atividade. No entanto, a maioria apenas percebia seu trabalho como “ajuda” aos pais e maridos. Uma entrevistada afirmou que começou a trabalhar no roçado com apenas 10 anos de idade. Ela plantava e colhia feijão na “terra dos outros” e recebia uma porção da colheita como forma de pagamento. Outra entrevistada afirmou começar a “ajudar” o pai na agricultura quando tinha apenas seis anos de idade. Ela ainda acrescentou que continuou labutando na agricultura, ocasionalmente, até começar a trabalhar na cooperativa.

Do ponto de vista da gerência, a falta de experiência das cooperadas em costura industrial, ao invés de ser um problema, é um aspecto positivo no seu recrutamento. Um representante da Kao Lin afirmou em entrevista com a autora que era bom para a empresa treinar uma mão-de-obra que nunca trabalhou com *jeans*, pois assim ela não “imporia vícios ao produto”. A opinião do entrevistado sobre as vantagens da inexperiência da força de trabalho ocupada na montagem do *jeans* é compartilhada por outras empresas ao redor do mundo. Por exemplo, de acordo com König (1975, p.451), empresas que operam na fronteira mexicana com os Estados Unidos preferem uma força de trabalho feminina, que elas caracterizam de “virgens em termos de emprego industrial, que não precisam ser retreinadas ou destreinadas” (p.451).

Os dados coletados nesta pesquisa confirmam a tendência geral das mulheres em regiões periféricas de serem confinadas no setor informal ou de subsistência. De fato, em países latino-americanos, como o Brasil, Costa Rica e Chile, o setor informal representa de 72% a 76% de todos os empregos das mulheres (Todaro, 1994; Tokman, 1989).

Assim, a mão-de-obra empregada nas cooperativas de confecções em estudo caracteriza-se por sua falta de experiência anterior em empregos no setor formal e mesmo na indústria de confecção. Poucas entrevistadas (15) tinham costurado anteriormente, e o faziam basicamente para o próprio consumo doméstico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O governo brasileiro, especialmente o Estado do Ceará, tem tido um importante papel na concessão de incentivos e outras condições para a penetração do capital privado no Ceará. A empresa de confecção Kao Lin que opera no Maciço de Baturité tem se beneficiado largamente do pacote de incentivos fiscais, de empréstimos, e de uma força de trabalho disponível e barata. Neste sentido, as cooperativas de confecções do Maciço de Baturité têm sido criadas com o objetivo principal de garantir uma mão-de-obra de baixo custo para a Kao Lin, parte de um grupo de investidores de Taiwan. Elas exemplificam bem as dinâmicas que estão ocorrendo no mercado mundial, decorrentes da reestruturação produtiva e crescente globalização. Através do sistema de cooperativas criado na região do Maciço de Baturité, o setor de confecções inova velhas estratégias como a subcontratação, agora chamada terceirização, garantindo, num mercado extremamente competitivo, preços atrativos para os seus produtos, o que é possível pelo baixo custo com a mão-de-obra das “cooperadas”.

Por outro lado, a dimensão das relações de gênero não deve ser subestimada no estabelecimento das cooperativas de confecções do Maciço de Baturité. A mulher da zona rural é uma força de trabalho vulnerável, devido à falta de oportunidades de trabalho feminino no interior e ao seu status inferior numa sociedade com forte tradição patriarcal, como é o nordeste do Brasil. Conquanto, sua “docilidade” e “passividade” sejam contestáveis, a mulher da zona rural cearense tende a aceitar mais facilmente piores condições de trabalho do que as mulheres das zonas urbanas e são facilmente descartáveis e substituíveis.

O perfil demográfico das costureiras das cooperativas do Maciço de Baturité corresponde às características demográficas de mulheres que trabalham em regiões recentemente industrializadas em países em desenvolvimento (Fernández-Kelly, 1983; Tiano, 1994; Ward, 1990). As associadas das cooperativas de confecções do Maciço de Baturité são jovens, a maioria das quais solteiras, sem elevado grau de escolaridade e sem experiência prévia em trabalho industrial. Ademais, trata-se de uma mão-de-obra despolitizada, sem experiência em organizações comunitárias, tais como sindicatos e partidos políticos, sendo, portanto facilmente controláveis. Pode-se também considerá-la uma força de trabalho extremamente descartável devido ao constante treinamento de confeccionistas, que está formando um verdadeiro “exército industrial de reserva” na região.

Vale ressaltar que a inicial fragmentação geográfica das cooperativas em pequenas unidades espalhadas pela região do Maciço de Baturité, assim como o próprio sistema de cooperativas criado na região, não favorecem a conscientização de classe por parte das “cooperadas”, que não são, na realidade, donas das cooperativas, nem tampouco empregadas de alguém, mas apenas sócias de uma organização que as incorpora como trabalhadoras “sem patrão”. Contudo, formas incipientes de resistência foram registradas, especialmente através de “greves”, quando as cooperadas paravam a produção em várias unidades na tentativa de obter da Kao Lin informações acerca da tabela de preços das peças, ou mesmo, para reivindicar o pagamento, que sempre atrasava, de acordo com as cooperadas entrevistadas. A gradual conscientização por parte das cooperadas de que as cooperativas eram falsas e que o discurso dos empresários em relação a sua autonomia era desmascarado nos conflitos cotidianos entre cooperadas e empresa, provavelmente foi uma das causas da abertura de uma cooperativa dentro da fábrica da Kao Lin e o fechamento das outras dispersas geograficamente na região.

A relevância dos dados levantados, neste estudo, não se limita tão-somente à descrição de um estereótipo de trabalhadoras

industriais no terceiro mundo, mas relaciona-se ao fato de que o capital tem explorado todas as possibilidades para maximizar seus lucros, num período de crescente globalização da produção. Para tanto, certos segmentos da força de trabalho, assim como regiões, tornam-se atrativos, se houver possibilidade de extrair-se a mais-valia de um grupo de trabalhadores, preferencialmente despolitizados, ou estabelecer-se num local onde subsídios e incentivos governamentais serão concedidos. Portanto, o fenômeno em estudo faz parte de uma tendência geral do sistema capitalista neste final de século, quando as transformações no mundo do trabalho, ocasionadas pela reestruturação produtiva, têm causado uma precarização nas relações de trabalho, que se caracteriza por uma crescente taxa de desemprego, de desregulação do mercado de trabalho, do aumento do número de trabalhadores em tempo parcial, da queda na taxa de sindicalização e de um aumento na participação das mulheres na população economicamente ativa (PEA) (Meneleu Neto, 1996).

As mulheres da região do Maciço de Baturité provavelmente não formariam uma força de trabalho atrativa se a Kao Lin tivesse que lhes pagar os encargos sociais previstos em lei. Entretanto, o sistema de falsas cooperativas, criado com o incentivo do governo do Estado do Ceará, tendo como co-participantes as prefeituras do Maciço de Baturité e a empresa de confecções Kao Lin, isentou a última dos custos com os encargos sociais da mão-de-obra ocupada na montagem das confecções, uma vez que ela não é ligada diretamente à empresa, como foi explicitado anteriormente. Neste caso, o cooperativismo não foi usado como forma de humanização do trabalhador, dando-lhe mais autonomia no processo de produção, mas sim, como forma distorcida de associativismo, no qual mulheres pobres são inseridas no trabalho industrial sem vínculo empregatício, forçadas pela miséria a trabalharem em condições cujas características, ao invés de indicarem progresso, acenam para o retrocesso das relações trabalhistas e atestam usurpação das conquistas históricas dos trabalhadores brasileiros.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Uma discussão mais detalhada a respeito da criação e funcionamento das cooperativas de confecções do Maciço de Baturité encontra-se na tese de doutorado da autora intitulada "Globalization and the Incorporation of Women's Labor: The Case of Garment Cooperatives in Northeast Brazil". University of Knoxville, Tennessee, EUA, 1996.
- <sup>2</sup> O salário mínimo do País, à época, era de R\$112,00.

## BIBLIOGRAFIA

- ACEVEDO, Luz del Alba. Feminist inroads in the study of women's work and development. In: BOSE, Christine E. & ACOSTA-BELÉN, Edna (eds.). *Women in the Latin American development process*. Philadelphia: Temple University Press, 1995.
- BONACICH, Edna et alli. The global production: the apparel industry in the pacific rim. Philadelphia, Temple University Press, 1994.
- BENÉRIA, Lourdes e ROLDÁN, Martha. *The crossroads of class e gender: industrial homework, subcontracting, and household dynamics in Mexico city*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.
- BOSERUP, Ester. *Women's role in economic development*. New York: St. Martin's Press, 1970.
- BRUSCHINI, Cristina. (1988), Mulher e trabalho: uma avaliação da década da mulher (1975-1985). In: CARVALHO, Nanci Valadares (ed.). *A condição feminina*. São Paulo: Edições Vértice.
- FERNÁNDEZ-KELLY e Saskia Sassen. Recasting women in the global Economy: internationalization and changing definitions of gender. In: BOSE, Christine E. & ACOSTA-BELÉN, Edna (eds.). *Women in the Latin American development process*. Philadelphia: Temple University Press, 1995.
- FRÖBEL, Folker, Jürgen Heinrichs, and Otto Kreye. The new international division of

- labour-structural unemployment in industrialised countries and industrialisation in developing countries". Cambridge, Cambridge University Press, 1980.
- International Labour Office. *Women workers in multinational enterprises in developing countries*. Geneva, ILO, 1985.
- JAQUETE, Jane S. Women and modernization theory - a decade of feminist criticism" *World Politics*. 34: 267-284, 1982.
- Lei 5.764, de 16.12.71. 3. ed. OCB, 1993.
- KONIG, W. Towards an evaluation of international subcontracting activities in developing countries. *Report on Maquiladoras in Mexico*. Mexico City: UNECLA, 1975.
- MENELEU Neto, José. "Desemprego e luta de classes: as novas determinidades do conceito marxista de exército de reserva." In: TEIXEIRA, Francisco José e OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (orgs.). *Neoliberalismo e reestruturação Produtiva - as novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez e UECE, 1996.
- ONG, Aihwa. The gender and labor politics of postmodernity. *Annual Review of Anthropology*. 20: 279-309, 1991.
- PEARSON, Ruth. (1986), "Female workers in the first and third worlds: the 'greening' of women's labour." In: PURCELL, Kate, WOOD, Stephen, WATON, Alan & ALLEN, Sheila (eds.). *The changing experience of employment - restructuring and recession*. London: The Macmillan Press Ltd, 1986.
- PORPORA, Douglas V., LIM, Mah Hui, E PROMMAS, Usanee. "The role of women in the international division of labour: the case of Thailand." *Development and Change*. 20: 269-294, 1989.
- OLIVEIRA Junior, João Alencar. *Análise do processo de planejamento e das políticas de transportes no estado do Ceará - impactos sobre o desenvolvimento regional*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro (Dissertação de Mestrado), 1992.
- O Povo. 16.07.95 "Fortaleza 'incha' e problemas ampliam com êxodo rural." p. 24a-25a.
- RÍOS, Palmira N. "Gender, industrialization, and development in Puerto Rico." In: BOSE, Christine E. & ACOSTA-BELÉN, Edna (eds.). *Women in the Latin American development process*. Philadelphia: Temple University Press, 1995.
- TIANO, Susan. Maquiladora women: a new category of workers? IN: WARD, Kathryn (ed.). *Women workers and global restructuring*. Ithaca, IRL Press, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Patriarchy on the line-labor, gender and ideology in the Mexican maquila industry*. Philadelphia: Temple University Press, 1994.
- THORBEEK, Susanne. (1988), "Women and urbanization." *Acta Sociologica*, 31: 283-301.
- TODARO, Michael. *Economic development*. New York, Longman, 1994.
- TOKMAN, Victor. Policies for a heterogeneous informal sector in Latin America. *World Development*, 17: 1067-1076, 1989.
- VEJA. agosto/setembro 1994. *Especial mulher: A grande mudança no Brasil*. São Paulo: Abril.
- WARD, Kathryn. Introduction and overview In: Kathryn Ward (ed.) *Women workers and global restructuring*. Ithaca: IRL Press, 1990.